

EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL E INFORMAL NO BRASIL: 2002-2014

Amanda Gabriella de Souza Matos - agsmatos@yahoo.com.br
José Alderir da Silva - josealderir16@hotmail.com

* Submissão em: 07/06/2016 | Aceito em: 01/08/2016

RESUMO

No período que se estende de 2002 a 2014, ou seja, durante os governos presididos por Lula e Dilma, ocorreu uma forte redução da taxa de desemprego, em todos os indicadores que se propõe a avaliar a trajetória do mercado de trabalho no Brasil. Contudo, como o Brasil apresenta um grande setor informal, essa queda da taxa de desemprego pode ter sido seguida de uma alta precarização e aumento da informalidade no mercado de trabalho. Assim, o objetivo deste artigo é observar se de fato isso ocorreu na economia brasileira. Para isso, parte da seguinte pergunta de pesquisa: a redução da taxa de desemprego no Brasil ocorreu concomitante com o aumento do emprego informal? A hipótese de pesquisa é que ocorreu uma redução da economia informal no Brasil, no entanto, existem outros fatores que contribuíram para reduzir a informalidade no país. A metodologia consiste em uma análise descritiva, quantitativa e qualitativa, buscando observar as relações entre os diversos indicadores do setor formal e informal no Brasil. Após analisar os dados, constatou-se uma forte relação entre o crescimento do PIB e o aumento da formalização. A correlação do PIB com o emprego formal total observada foi de 71%, com construção civil foi de 70,8%, com o comércio de 78,7% e com a indústria foi de 67,8%.

Palavras-Chave Mercado de Trabalho; Emprego Formal; Emprego Informal.

EVOLUTION OF FORMAL AND INFORMAL EMPLOYMENT IN BRAZIL: 2002-2014**ABSTRACT**

In the period extending from 2002 to 2014, i.e. during the governments chaired by Lula and Dilma, there was a strong reduction in the unemployment rate in all indicators that aims to assess the trajectory of the labor market in Brazil. However, as Brazil presents a large informal sector, this decrease in the unemployment rate may have been followed by a high precariousness and increased informality in the labor market. The objective of this article is to see if this fact occurred in the Brazilian economy. For this part of the following research question: the reduction in the unemployment rate in Brazil occurred concomitantly with the increase in informal employment? The research hypothesis is that there was a reduction of the informal economy in Brazil, however, there are other factors contributing to reduce informality in the country. The methodology consists of a descriptive analysis, quantitative and qualitative, seeking to observe the relationships between the various indicators of the formal and informal sector in Brazil. After analyzing the data, there was a strong relationship between GDP growth and increased formalization. The correlation of GDP with total employment formal observed was 71%, with construction was 70.8%, with 78.7% of trade and industry was 67.8%..

Keywords: Labour Market; Formal employment; Informal Employment.

1. INTRODUÇÃO

As décadas de 1980 e 1990 são consideradas pela literatura como décadas perdidas, uma vez que apresentaram baixas taxas de crescimento. A taxa de crescimento média não passou dos 2,5% a.a. e a taxa de desemprego se encontrava superior a dois dígitos (Lustig et al, 2013).

No entanto, o governo Lula se depara com uma conjuntura internacional favorável, com a recuperação da Argentina, dos EUA e, sobretudo, com a ascensão da China (Avila, 2012). Com isso, a economia passa a apresentar taxas de crescimento superiores a do período anterior. Além disso, o governo implementou uma política de redistribuição de renda e de inserção de famílias de baixa renda no mercado consumidor. Diante disso, conforme os dados do IBGE, a média de crescimento entre 2004 e 2008 foi de quase 5% a.a.

No final de 2008, segundo Silva (2016) a economia brasileira foi afetada pela crise internacional que durou até 2009, dada as políticas fiscais e monetárias que o governo implementou para aliviar o impacto da crise.

Em 2010, a taxa de crescimento se aproxima da média histórica e cresce 7,5%, porém não se tratava de um crescimento sustentável. Em 2011 a economia entrou em uma nova fase de declínio, que conforme Silva (2016), determinada mais pelos erros de política econômica do governo Dilma do que de um contexto externo desfavorável. Com efeito, os dados do IBGE mostram que a taxa média de crescimento no período 2011-2014 volta a ficar semelhante a das décadas perdidas, 2,5% a.a.

Contudo, no período que se estende de 2002 a 2014, ou seja, durante os governos Lula e Dilma, ocorreu uma melhora da taxa de desemprego e em todos os indicadores que se propõe a avaliar a trajetória do mercado de trabalho no Brasil. Porém, como o país apresenta um grande setor informal, essa queda da taxa de desemprego pode ter sido seguida de uma alta precarização e aumento da informalidade no mercado de trabalho. Em outras palavras, pode ter ocorrido o aumento de pessoas trabalhando sem carteira assinada, sem contribuição previdenciária, trabalhando de forma autônoma e recebendo baixos salários.

Assim, o objetivo deste artigo é observar se de fato ocorreu a precarização do emprego na economia brasileira. Para isso, parte da seguinte pergunta de pesquisa: a redução da taxa de desemprego no Brasil ocorreu concomitante com o aumento do emprego informal? A hipótese de pesquisa é que ocorreu uma redução da economia informal no Brasil, no entanto, existem outros fatores que contribuíram para reduzir a informalidade no país.

A metodologia de pesquisa será descritiva, qualitativa e quantitativa com o objetivo de analisar os indicadores de formalidade e informalidade no Brasil que possam contribuir para uma resposta mais pormenorizada da evolução do mercado de trabalho no país ao longo das últimas duas décadas. Todos os dados utilizados neste trabalho foram retirados do IBGE, PNADs, RAIS, Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial e Fundação Getúlio Vargas, Ipeadata e do DIEESE.

O trabalho está estruturado em duas seções além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, constam as relações entre taxa de desemprego e taxa de crescimento do PIB, e ao mesmo tempo com o emprego formal e informal. Na segunda seção são expostos os indicadores do mercado de trabalho no Brasil com o objetivo de observar as relações entre a taxa de desemprego, o emprego formal, o emprego informal e o PIB. Ademais, analisam-se outros indicadores da economia informal e os principais fatores que podem ter influenciado na trajetória do mercado de trabalho no período em questão.

1. TAXA DE DESEMPREGO, EMPREGO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Esta seção tem por objetivo revisar os aspectos teóricos que relacionam a taxa de desemprego com o crescimento econômico. Além disso, busca inserir o emprego formal e informal nessa discussão.

1.1. A lei de Okun

O economista Arthur Okun quando trabalhava no Comitê de Conselheiros Econômicos do presidente dos EUA, John Kennedy, observou que existe uma relação linear entre a taxa de desemprego e a taxa de crescimento do PIB. Essa relação ficou conhecida por Lei de Okun, em homenagem ao autor (Moosa, 1997).

A Lei de Okun parte do princípio que existe uma relação inversa entre a taxa de desemprego e a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, quanto menor a taxa de desemprego maior a taxa de crescimento do PIB e, vice-versa. Como pode ser observada, essa relação empírica não possui um raciocínio econômico muito forte, mas tem permanecido viva ao longo do tempo (Prachowny, 1993).

Para chegar a essa conclusão, Okun (1962) estimou o PIB potencial da economia americana e a taxa de desemprego de pleno emprego (ou taxa de desemprego natural). Em seguida, estimou o

coeficiente de Okun, ou seja, o valor que corresponde ao impacto da variação do PIB real sobre a taxa de desemprego da economia. Esse coeficiente pode ser encontrado pela seguinte função:

$$u_n - u = \beta(Q - (Q_p)) \quad (1)$$

onde u_n é a taxa de desemprego natural; u a taxa de desemprego efetiva; Q o produto real efetivo; Q_p o produto potencial e β uma constante que mostra a intensidade do impacto de variações no PIB sobre a taxa de desemprego.

O coeficiente encontrado por Okun (1962) para os EUA foi igual a 3, ou seja, uma queda de um ponto percentual na taxa de desemprego provoca um crescimento de 3% no PIB.

No entanto, Blanchard (2011) argumenta que a intensidade da queda da taxa de desemprego é menor do que o crescimento do PIB. Sendo a taxa de desemprego definida pela razão entre o número de desempregados e a PEA (População Economicamente Ativa), quando o PIB da economia aumenta, parte do emprego criado será preenchido por trabalhadores que estavam fora da PEA e, portanto, não sendo considerados desempregados. Por outro lado, com o crescimento do PIB outros trabalhadores passam a procurar emprego, ou seja, trabalhadores que não estavam na PEA agora são incorporados, aliviando a queda da taxa de desemprego. Dessa forma, podem-se considerar ambos os motivos, pois o desemprego cai menos do que o aumento do emprego.

Outro fator que pode aliviar a queda do desemprego é o crescimento populacional. Quando esse crescimento não for acompanhado de políticas de expansão de emprego e renda, ocorre um aumento da oferta de trabalho, que dada a demanda por trabalho, provoca o aumento da taxa de desemprego, uma vez que parte da População Economicamente Ativa (PEA) ficará fora do mercado de trabalho.

Koglin, Steinthaler e Neto (2007) também mostram que um desequilíbrio no mercado de trabalho pode ocorrer quando se tem um salário real acima do salário que equilibra o mercado em questão. A oferta por trabalho cresce acima da demanda por trabalho, gerando assim um aumento da PEA que não conseguirá emprego e, portanto, aumentando a taxa de desemprego.

Para entender a rigidez dos salários e o desemprego esperado é necessário examinar porque o mercado de trabalho não se equilibra. Quando o salário real excede o nível de equilíbrio e a oferta de trabalhadores excede a demanda, pode-se esperar que as empresas reduzam os salários pagos. O desemprego esperado surge porque as empresas não reduzem os salários, apesar do excesso na oferta de mão-de-obra.

Schalk & Untiedt (2000) em sua análise sobre o desemprego europeu enfatizam que os fatores microeconômicos eram a principal causa de desemprego, diferente do que prediz a lei de Okun, que avalia os fatores macroeconômicos como a explicação para o desemprego.

Para Krugman (1997), no mundo real sempre existirá desemprego, as mudanças e incertezas nunca deixam que a economia alcance um nível de pleno emprego. Para o autor, sempre existirá trabalhadores sendo demitidos, temporariamente afastados ou pedindo demissão mesmo quando a economia se encontra em crescimento. Por outro lado, sempre existirão jovens procurando seu primeiro emprego ou voltando a força de trabalho após um período fora da PEA. Portanto, as estatísticas do mercado de trabalho que consideram desempregados aqueles que estão procurando emprego, mas ainda não encontraram ou não assumiram um, evidenciam uma taxa de desemprego mesmo diante de um crescimento “galopante”.

Assim, cabe ao governo criar condições para inserir o jovem no mercado de trabalho através da educação, qualificação e políticas públicas de inserção que permita reduzir a quantidade de desempregados e ao mesmo tempo aumentar a eficiência e a produtividade do país.

A redução da taxa de desemprego também pode ocorrer quando se tem um aumento do trabalho informal na economia. Ou seja, após certo tempo procurando emprego e não obtendo sucesso, a força de trabalho passa a procurar um trabalho informal e, assim, ao deixar de procurar emprego contribui para a queda da taxa de desemprego na economia. Em outras palavras, a redução da taxa de desemprego pode ocorrer *pari passu* com a precarização do emprego.

A Lei de Okun aceita a Lei de Say como válida, de modo que é o crescimento do emprego que leva ao crescimento do PIB, isto é, a oferta cria a sua própria demanda. No entanto, o princípio da demanda efetiva pode ser incorporado na Lei de Okun. Para isso, basta inverter a causalidade das variáveis, ou seja, o crescimento do PIB que provoca a redução da taxa de desemprego. Em outros termos, a demanda cria a sua própria oferta.

Neste trabalho será adotada essa última causalidade com algumas adaptações. Além da relação inversa com a taxa de crescimento do PIB, pretende-se observar a relação da taxa de desemprego com o emprego formal e informal. Se a redução da taxa de desemprego, por exemplo, foi acompanhado de um aumento (ou redução) do emprego formal e se também foi seguido por uma redução (ou aumento) do emprego informal. No entanto, primeiramente, também se assume que tanto a evolução do emprego formal quanto a do emprego informal seja em função da evolução da taxa de crescimento do PIB e, não apenas a taxa de desemprego.

A hipótese é que a taxa de desemprego tenha uma relação inversa, que o emprego formal tenha uma relação direta e que o emprego informal tenha uma relação inversa com a taxa de crescimento do PIB. Essas relações podem ser expressas pelas seguintes funções:

$$\text{Taxa de Desemprego} = \int (\text{PIB})^- \quad (2)$$

$$\text{Emprego Formal} = \int (\text{PIB})^+ \quad (3)$$

$$\text{Emprego Informal} = \int (\text{PIB})^- \quad (4)$$

Portanto, de acordo com as funções 2, 3 e 4, quanto maior a taxa de crescimento do PIB, menor a taxa de desemprego, maior a quantidade de emprego formal e menor a quantidade de emprego informal na economia. Quanto menor a taxa de crescimento do PIB, maior a taxa de desemprego, menor a quantidade de emprego formal e maior a quantidade de emprego informal na economia.

2. EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL E INFORMAL NO BRASIL NOS ANOS 2000

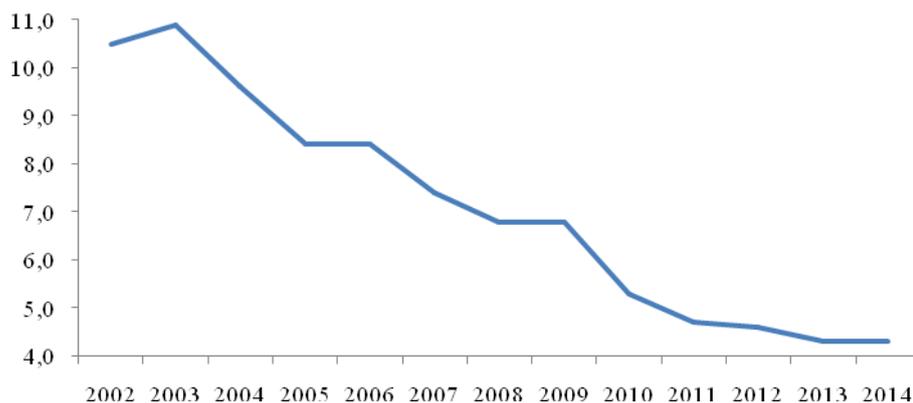
No período que se estende de 2002 a 2014, ou seja, durante os governos presididos por Lula e Dilma, ocorreu uma redução da taxa de desemprego, em todos os indicadores que se propõe a avaliar a trajetória do mercado de trabalho no Brasil. Contudo, como o Brasil apresenta um grande setor informal, essa queda da taxa de desemprego pode ter sido seguida de uma alta precarização e aumento da informalidade no mercado de trabalho. Em outras palavras, pode ter ocorrido o aumento de pessoas trabalhando sem carteira assinada, sem contribuição previdenciária, trabalhando de forma autônoma e recebendo baixos salários.

Assim, o objetivo desta seção é observar se de fato isso ocorreu na economia brasileira. Para isso, serão analisados os indicadores de formalidade e informalidade no Brasil que possam contribuir para uma resposta mais pormenorizada da evolução do mercado de trabalho no país ao longo das últimas duas décadas.

2.1. Taxa de Desemprego e o Crescimento do PIB nos anos 2000

A evolução da taxa de desemprego dada pelo indicador da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE mostra a forte queda no período 2002-2014. Em dezembro de 2002 a taxa de desemprego estava na casa dos dois dígitos, 10,5%, desde então tem apresentado uma queda contínua, alcançando em dezembro de 2010, uma taxa de 5,3% (Figura 1).

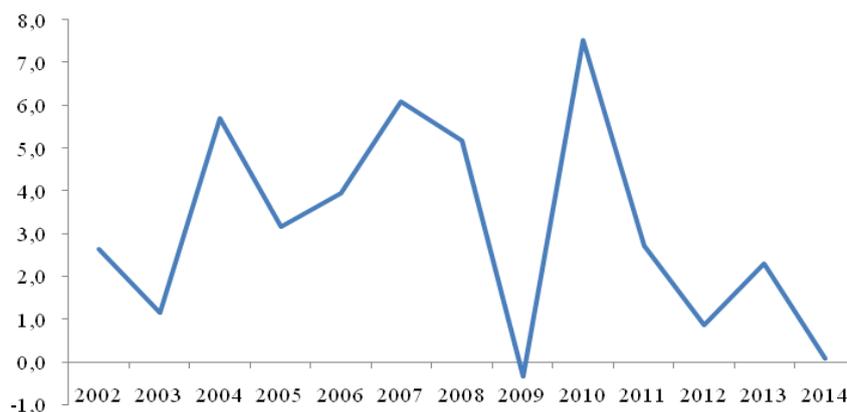
Figura 1: Evolução da Taxa de Desemprego (PME): Brasil, 2002-2014.



Fonte: IBGE (2016).

Nesse período (2002-2010), a economia apresenta crescimento do PIB, média superior a 4% a.a., o que pode explicar essa queda na taxa de desemprego. Apesar do baixo crescimento da economia brasileira em 2013 e 2014 (Figura 2), a taxa de desemprego continuou baixa (4,3% em cada ano).

Figura 2: Taxa de Crescimento do PIB no Brasil: 2002-2014.



Fonte: IBGE (2016).

No entanto, a Pesquisa Mensal do Emprego feita pelo IBGE é realizada apenas em seis regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto

Alegre), deixando de fora, portanto, grande parte do mercado de trabalho da economia brasileira. Dessa forma, é mais interessante analisar os dados da PNAD, que são mais abrangentes e incorporam além das áreas metropolitanas, as áreas não-metropolitanas, áreas urbanas não-metropolitanas e áreas rurais.

Porém, quando analisado os dados da PNAD, embora a taxa de desemprego seja um pouco mais elevada, a tendência de queda também se apresenta (Tabela 1). Nos dados para o Brasil, observa-se que a taxa de desemprego caiu significativamente na última década, passando de 10,1% em 2002 para 7,3% em 2011 e alcançando o menor percentual, 6,7%, em 2012. Vale a pena destacar que mesmo durante a crise de 2008-09, a taxa de desemprego não aumentou de forma expressiva, como era o esperado. Para Saboia & Kubrusly (2014), isso ocorreu devido à flexibilização dos salários e dos trabalhadores que aceitaram receber até dois salários mínimos para manter seu emprego. Acima desse nível, ocorreu a queda no emprego.

Do mesmo modo, ocorreu a redução da taxa de desemprego nas áreas metropolitanas, não-metropolitanas e áreas urbanas não-metropolitanas, alcançando a menor taxa da série em análise em 2012, de 7,4%, 6,4% e 6,8% respectivamente. Na área rural, a taxa de desemprego permaneceu em torno de uma média de 3,5% entre 2001 e 2011, mas aumentou consideravelmente em 2012 para 4,6%, destoando da trajetória da taxa de desemprego apresentada nas demais áreas. Contudo, diferentemente dos dados da PME, os dados da PNAD mostram um aumento da taxa de desemprego em 2013 e 2014 no Brasil e em todas as áreas, exceto a rural.

Tabela 1: Taxa de Desemprego no Brasil (%): 2001-2014.

	Brasil	Áreas não-metropolitanas	Áreas metropolitanas	Áreas Rurais	Áreas urbanas não-metropolitanas
2001	10,1	8,6	13,0	3,0	10,2
2002	9,9	8,1	13,5	2,7	9,6
2003	10,5	8,7	14,1	2,7	10,3
2004	9,7	7,9	13,5	3,1	9,2
2005	10,2	8,6	13,4	3,5	10,0
2006	9,2	7,8	12,1	3,7	8,8
2007	8,9	7,7	11,3	3,7	8,7
2008	7,8	6,9	9,6	3,4	7,7
2009	9,1	8,2	10,7	4,4	9,1
2011	7,3	7,0	7,9	3,8	7,6
2012	6,7	6,4	7,4	4,6	6,8
2013	7,1	6,8	7,8	5,3	7,1
2014	7,5	7,1	8,4	4,9	7,5

Fonte: PNADs.

Esse aumento da taxa de desemprego entre 2013 e 2014, assim como a redução no período anterior pode ser explicado pela taxa de crescimento do PIB no período em análise. Ou seja, a taxa de desemprego parece ter uma relação inversa com a taxa de crescimento do PIB na economia brasileira. Em outras palavras, a Lei de Okun é válida para o Brasil.

Como pode ser observado pela Figura 2 e a Tabela 1, a taxa de desemprego diminui à medida que o PIB aumenta, porém não na mesma intensidade e em alguns anos com alguma defasagem. Entre 2013 e 2014, no final do primeiro governo Dilma, há uma forte queda do PIB que contribui para o aumento da taxa de desemprego.

Assim, embora tenha passado por uma inflexão nos últimos dois do governo Dilma, não restam dúvidas de que a taxa de desemprego caiu entre 2002 e 2014. Porém, é necessário saber se essa evolução da taxa de desemprego foi seguida de maior formalização ou informalização do mercado de trabalho da economia brasileira. Esse é o objetivo da próxima seção.

2.2. Formalização e Informalização no Mercado de Trabalho na Economia Brasileira

Segundo o DIEESE (2012) a desestruturação da economia em relação ao emprego tem vários motivos tais como: abertura comercial não regulamentada, baixas taxas de crescimento econômico, aumento descontrolado da população economicamente ativa, falta de qualificação de trabalhadores e queda do investimento, sobretudo, o investimento público.

A partir dos anos 2000, inicia-se uma busca de reformular a presença do Estado na economia, por meio de políticas públicas voltadas para população com menor poder aquisitivo, programas de ampliação de crédito, agricultura familiar, programa Bolsa Família. Tais fatores influenciaram o crescimento econômico e refletiram em melhorias no mercado de trabalho.

Com isso, houve um significativo processo de diminuição da pobreza e da desigualdade de renda no país no período em foco, o que também contribuiu para o aquecimento do mercado interno e, conseqüentemente à geração de empregos.

A evolução do emprego formal no Brasil durante o governo do PT é muito expressiva. Entre 2002 e 2010 foram gerados mais de 15 milhões de emprego com carteira assinada no país. No primeiro governo Dilma, apesar do baixo crescimento econômico, ainda foi criado mais de 5 milhões de empregos formais. Portanto, entre 2002 e 2014 mais de 20 milhões de trabalhadores entraram no mercado de trabalho formal.

Desses 20 milhões, mais de 10 milhões foram gerado no setor de serviços, 5 milhões no comércio, 3,3 milhões na indústria, 1,7 milhões construção civil e 341 mil na agropecuária. Na Tabela 2, encontra-se a participação do emprego formal de cada setor econômico no emprego total, ou seja, como o emprego formal está distribuído setorialmente no Brasil.

Tabela 2: Participação do Emprego Formal no Brasil: 1995-2014.

	Indústria	Construção civil	Comércio	Serviços	Agropecuária
1995	22,7	4,5	14,1	53,4	4,2
1996	22,1	4,7	14,5	54,1	4,2
1997	21,3	4,8	15,2	54,4	4,1
1998	19,6	4,6	15,3	56,3	4,1
1999	20,1	4,2	15,8	55,8	4,1
2000	20,2	4,2	16,2	55,4	4,1
2001	19,8	4,2	16,5	55,5	4,0
2002	19,7	3,9	16,8	55,7	4,0
2003	19,6	3,5	17,3	55,4	4,1
2004	20,4	3,6	17,8	54,1	4,2
2005	19,9	3,7	18,1	54,3	3,9
2006	20,3	4,0	18,0	53,9	3,9
2007	20,3	4,3	18,2	53,5	3,7
2008	20,0	4,9	18,6	53,0	3,6
2009	19,3	5,2	18,7	53,4	3,5
2010	19,3	5,7	19,0	52,8	3,2
2011	18,9	5,9	19,1	52,9	3,2
2012	18,6	6,0	19,4	52,9	3,1
2013	18,4	5,9	19,4	53,3	3,0
2014	17,9	5,7	19,6	53,8	3,0

Fonte: RAIS (2016).

A agropecuária manteve uma participação estável, média de 4,0%, até 2006, quando passou a declinar. Em 2014, a participação da agropecuária no emprego formal era de 3,0%.

Na indústria se observa uma trajetória semelhante, mantendo uma participação média de 20% até 2008 quando se inicia uma perda mais drástica da indústria, possivelmente acentuado pela crise financeira internacional no ano em foco. Nos anos seguintes, a participação da indústria passa cair ano após ano até 2014, quando alcança uma participação de cerca de 18%. Além da crise financeira de 2008, essa perda de participação da indústria pode ser explicada pelo aumento da terceirização em algumas atividades que eram de responsabilidade da indústria e passaram a ser direcionadas para empresas terceirizadas, como limpeza e segurança. A introdução de máquinas e equipamentos também pode ser outro fator que contribuiu para reduzir a participação do emprego formal da indústria no Brasil, uma vez que a taxa de câmbio real apreciada tornou os bens de capital

mais acessível ao empresário e, portanto, permitindo substituir a força de trabalho por bens de capital.

Ao contrário da agropecuária e da indústria, a participação do emprego formal da construção civil teve um aumento expressivo no período em estudo. Em 1995 detinha 4,5% de todo emprego formal no Brasil, esse percentual seguiu uma tendência de queda até 2003 quando apresentou uma participação de 3,5%. No entanto, nos anos seguintes essa tendência foi revertida e a participação do emprego da construção civil passou a aumentar. No final do primeiro governo Lula, a atividade em foco já detinha 4,0% do emprego formal no país. Passou pelo período de crise sem grandes dificuldades e atingiu seu pico em 2012 com uma participação de 6,0%. Esse forte desempenho apresentado pelo setor da construção civil pode ser explicado pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e pelo Programa Minha casa Minha Vida do governo federal que demandaram mão de obra especializada, de modo que ocorreu uma escassez de engenheiros civis, mestres de obras e pedreiros no país e, conseqüentemente elevou o salário pago no setor. Porém, em 2014 ocorreu uma queda de 0,3 p.p. que pode ser explicada pela operação “Lava Jato”, dado que esta paralisou o setor no país devido às investigações de corrupção nas empreiteiras.

O setor de serviços é constituído de atividades intensivas em mão de obra e, portanto, constitui o setor com maior participação no emprego formal do Brasil, mantendo-se sempre acima de 50% do total de emprego formal no país. Porém, sua participação foi muito instável e com tendência de queda passando de 55% em 2000 para 53% em 2012. Por outro lado, observaram-se nos últimos dois anos da série analisada um aumento importante, que pode ser explicado pela formalização das empregadas domésticas a partir de abril de 2013.

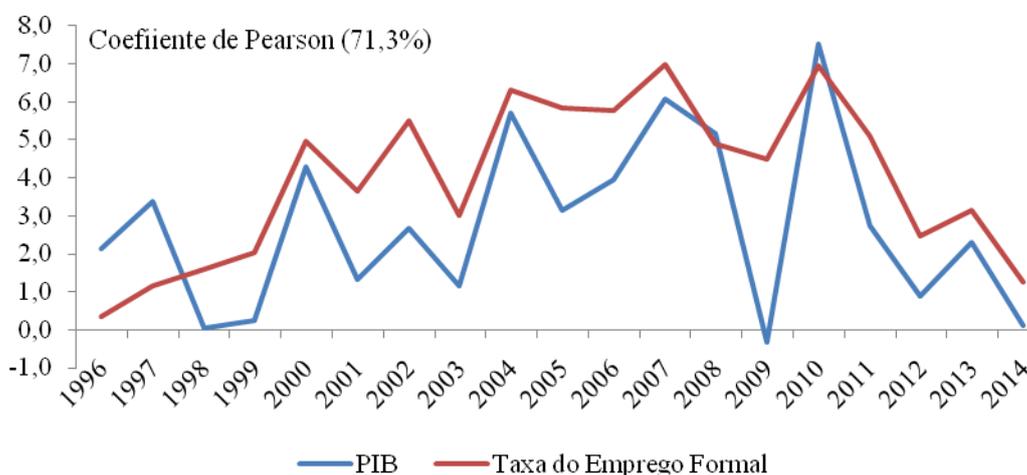
Quanto ao setor de comércio, este teve um ganho expressivo de participação no período em foco, sobretudo a partir de 2000. Passando de 16% em 2002 para quase 20% em 2014. O fato é que na última década ocorreram estímulos à formalização do comércio, como a criação do Simples em 1996 e do Simples Nacional em 2006. Com a criação do Simples as microempresas e pequenas empresas receberam uma série de benefícios como a redução da carga tributária, simplificação da escrituração fiscal, pagamento de vários tributos federais via um único documento, além da contribuição previdenciária patronal. No mesmo sentido, criou-se o Simples Nacional que ampliou os benefícios do Simples ao incluir os mais importantes tributos estaduais e municipais, como o ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) e o ISS (Imposto Sobre os Serviços).

Inicialmente a opção pelo Simples era restrita a empresas com faturamento anual inferior a R\$ 1,2 milhão, mas esse valor foi ampliado com o Simples Nacional e passou a ser de R\$ 2,4

milhões em 2006 e em 2012 esse valor mínimo foi ampliado novamente para R\$ 3,6 milhões. Como o comércio se encaixa nesse faixa de faturamento, diversas empresas que se saíram da informalidade, contribuindo para aumentar a participação do emprego formal do setor de comércio no Brasil. Como se pode observar na Tabela 2, a participação do emprego formal do comércio cresce logo após a criação do Simples, do Simples Nacional e do Microempreendedor Individual (MEI).

Além de todos os fatores mencionados anteriormente que contribuíram para a maior formalização na economia brasileira, a taxa de crescimento do PIB foi também de extrema importância no período em foco, como pode ser observado na Figura 3.

Figura 3: Taxa de crescimento do Emprego Formal e do PIB: 1996-2014.

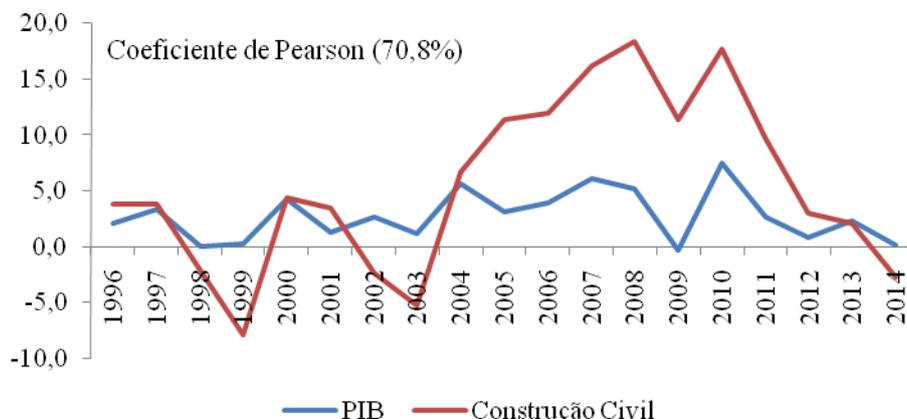


Fonte: RAIS (2016) e IBGE (2016).

Quando analisado em termos de crescimento do emprego formal total, observa-se uma relação muito forte com a taxa de crescimento do PIB, apresentando uma correlação de Pearson de 71,3%. No entanto, o crescimento do emprego formal sempre ficou acima do taxa de crescimento do PIB.

Observando a correlação de Pearson de forma setorial, também se observa uma forte relação com o setor da construção civil, coeficiente igual a 70,8% no período em foco. Porém, visualmente na Figura 4 pode ser observada certa disparidade entre as duas curvas, a taxa de crescimento do PIB e a taxa de crescimento do emprego formal da construção civil, o que pode ser em decorrência do “Programa Minha Casa Minha Vida” do governo federal.

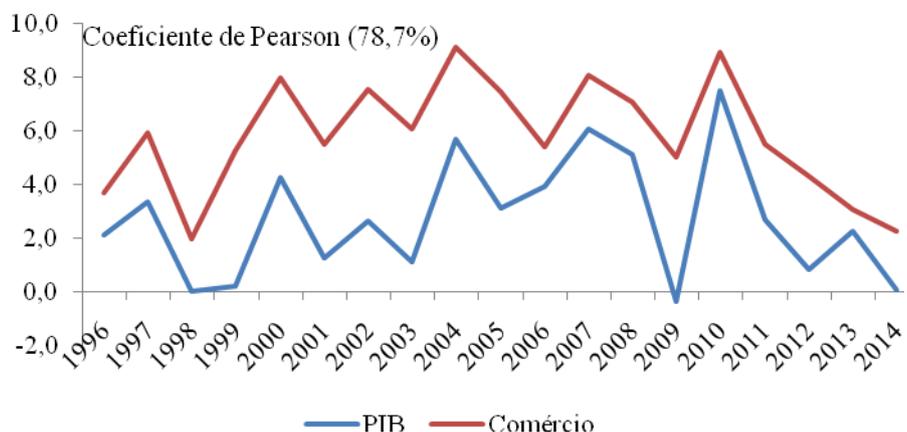
Figura 4: Taxa de Crescimento do Emprego Formal da Construção Civil e do PIB: 1996-2014.



Fonte: RAIS (2016) e IBGE (2016).

Com o setor de comércio a correlação foi ainda mais forte entre o PIB e o emprego formal, apresentando um coeficiente de Pearson de 78,7% no período em foco (Figura 5). A taxa de crescimento do emprego formal do setor de comércio também sempre esteve acima da taxa de crescimento do PIB.

Figura 5: Taxa de Crescimento do Emprego Formal do Comércio e do PIB: 1996-2014.

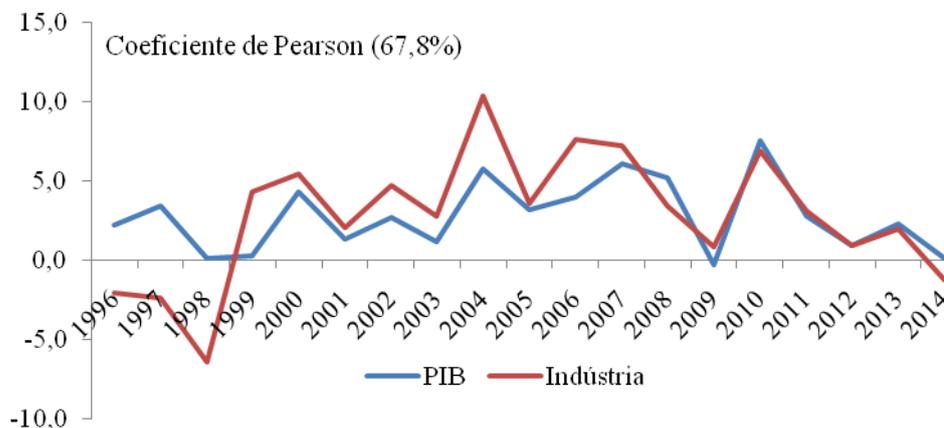


Fonte: RAIS (2016) e IBGE (2016).

Na indústria, Figura 6, a taxa de crescimento foi muito semelhante a do PIB apresentando um coeficiente de Pearson de 67,8%, porém parece ser um setor muito dependente do crescimento do PIB em relação aos demais setores econômicos, sobretudo, o setor de máquinas e equipamentos. Sendo a indústria que produz as máquinas e equipamentos, um crescimento do PIB tende a fazer com que os demais setores demandem mais máquinas e equipamentos e, assim, elevando o emprego

na indústria. Assim, o crescimento do emprego formal da indústria é extremamente dependente do crescimento da produção dos demais setores econômicos da economia.

Figura 6: Taxa de Crescimento do Emprego Formal da Indústria e do PIB: 1996-2014.



Fonte: RAIS (2016) e IBGE (2016).

Os outros dois setores, o de serviços e a agropecuária apresentaram baixa correlação com o PIB, o primeiro apresentou um coeficiente de Pearson de 40% e a agropecuária um coeficiente de 19% no período analisado.

Diante de tudo que foi descrito anteriormente ocorreu um aumento da formalização da economia brasileira, ou seja, ocorreu o aumento do emprego formal em contraposição do emprego informal, conforme pode ser observado na Figura 7. No entanto, Saboia (2014) argumenta que o grande desafio brasileiro não é gerar mais empregos, mas bons empregos, os trabalhadores em idade ativa não possuem qualificação necessária para ocupar cargos com altos salários, o fato é que mesmo a população permanecendo mais tempo na escola antes de entrar no mercado de trabalho, ainda não alcançaram resultados favoráveis, pois recebem educação de baixa qualidade, de modo que o aumento da formalização não foi acompanhado de perto de maior qualificação.

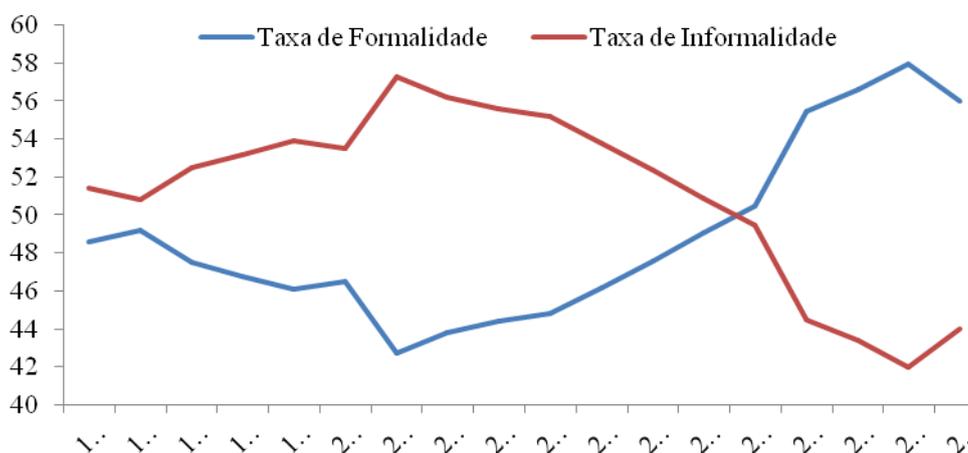
Assim, observou uma relação direta entre a taxa de crescimento do PIB e o emprego formal, sobretudo, nos setores da Indústria, Construção Civil e Comércio, conforme a função 2 apresentada na primeira seção.

Mesmo com o aumento do emprego formal, a taxa de formalidade seguiu tendência de queda até queda até 2002 quando alcançou o percentual de 42,7% dos empregos. Por outro lado, taxa de informalidade seguiu crescendo até 2002, quando deteve pouco mais de 57% dos empregos no país. Em outras palavras, o crescimento do emprego informal foi maior do que o crescimento do

emprego formal entre 1995 e 2002, de modo que em 2002 existiam mais trabalhadores na informalidade do que no mercado formal.

Porém, a partir de 2002 a trajetória se inverte. A taxa de formalidade passa a crescer de forma exponencial, de modo que em 2013 já concentrava quase 60% do emprego total no Brasil, isto é, um crescimento de mais de 15 p.p. em onze anos.

Figura 7: Evolução da taxa de formalidade e informalidade no Brasil: 1995-2014.

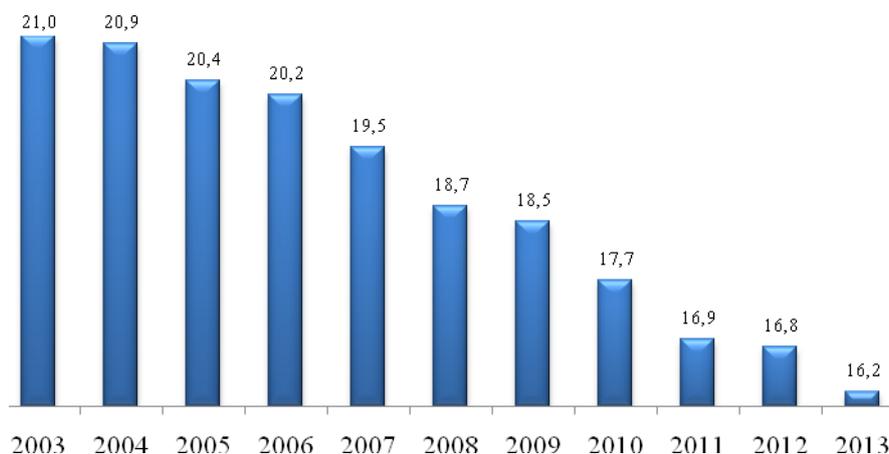


Fonte: PNAD (2016).

Embora tenha ocorrido uma inflexão em 2014, o que pode ter sido gerado pelo aumento do desemprego como visto nos dados da PNAD, ocorreu uma forte queda da informalidade no Brasil entre 2002 e 2014.

Essa queda ocorreu também no que diz respeito a participação da produção do setor informal no PIB do Brasil, ou seja, a participação da denominada economia subterrânea. Como pode ser visto na Figura 8, a produção da economia subterrânea passou de 21% do PIB em 2003 para pouco mais de 16% em 2013.

Figura 8: Participação da Economia Subterrânea no PIB do Brasil: 2003-2013.



Fonte: Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial e Fundação Getúlio Vargas (2016).

Segundo Saboia (2014), essa queda da informalidade em termos de emprego e produção pode ser explicado pela combinação de diversos fatores, como: i) a própria sociedade passou a dar mais importância a seus direitos conforme comprovam as manifestações populares ocorridas no país desde 2013; ii) a conscientização dos direitos trabalhistas, que quando não cumpridos resultam em processos na Justiça do Trabalho, que geralmente são de parecer favoráveis aos trabalhadores; iii) maior rigor na fiscalização (Simão, 2009), por parte do governo, nas empresas para cobrar o cumprimento da legislação trabalhista; iv) aumento do poder de barganha dos trabalhadores com a melhoria do mercado de trabalho permitiu aos trabalhadores escolherem melhores empregos que respeitem a legislação trabalhista.

Segundo Baltar (2010), a informalidade tem diminuído não só como reflexo dos impactos positivos do crescimento econômico, mas também pela importância das políticas de regulação do trabalho e uma atuação efetiva dos órgãos fiscalizadores.

Contudo, Saboia (2014) e Amitrano & Squeff (2015) mostram esse forte crescimento do emprego formal na economia brasileira nos anos 2000 está associado à criação de empregos localizados no setor de serviços com baixa produtividade e mal remunerados, como pode ser observado pelo aumento da participação dos empregos formais nas atividades de comércio. De certo modo, isso indica a existência de condições precárias na estrutura de produção brasileira em geral.

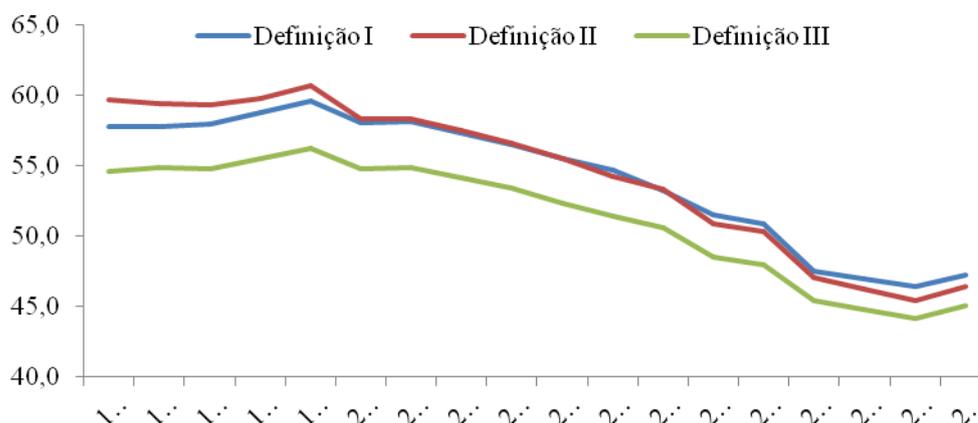
Essa queda da informalidade também é observada pelos três indicadores de grau de informalidade calculados pelo Ipeadata com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE.

O grau de informalidade definição I corresponde ao resultado da seguinte divisão: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria)/(trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria). O grau de informalidade definição II corresponde ao resultado da divisão: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + não-remunerados)/(trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + não-remunerados + empregadores). E o grau de informalidade definição III corresponde ao resultado da divisão (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria)/(trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + empregadores).

A Figura 9 mostra a evolução desses três graus de informalidade. E, como pode ser observado, ocorreu uma queda significativa de ambos os indicadores. O grau de informalidade definição I, passa de 57,8% em 1995 e segue uma trajetória de crescimento até 1999, quando finalmente passa a cair, alcançando 47,3% em 2014. O grau de informalidade na definição II também segue tendência de crescimento até 1999 para cair desse ano em diante, alcançando 46,5% em 2014. Movimento semelhante ocorre com o grau de informalidade na definição III, obtendo uma taxa de 45% em 2014.

O fato é que todos esses indicadores perderam cerca de 10 p.p. entre 1999 e 2014. Porém, entre 2011 e 2013, essa queda foi amenizada e em 2014 voltou a crescer, o que pode ser explicado pelo aumento da taxa de desemprego apresentada nesse último ano (vide Tabela 1).

Figura 9: Grau de Informalidade (Definições I, II e III) no Brasil: 1995-2014.



Fonte: Ipeadata (2016).

Mas quando se desagrega esse indicador por áreas, observa-se que as áreas metropolitanas são as que apresentam menos informalidade enquanto as áreas rurais apresentam resultados opostos. Embora tenha havido uma queda expressiva da informalidade nas áreas rurais na última década.

No entanto, nas áreas metropolitanas existe maior incidência de trabalhadores informais, alocados em pequenas unidades de produção, com produtos e serviços com qualidade inferior aos industrializados. Os chamados trabalhadores por conta própria cresceram em relação aos que entraram no mercado formal, a motivação em sua maioria é a falta de emprego e a necessidade de sustentar suas famílias.

Por outro lado, nas áreas não-metropolitanas e áreas urbanas não-metropolitanas, os indicadores de informalidade se aproximaram de níveis próximos da área metropolitana, ocorrendo uma redução significativa pós 2002. Contudo, nos últimos dois anos da série de dados analisada (2013 e 2014), observou-se um aumento da informalidade em todas as áreas, exceto nas áreas rurais. Ou seja, em períodos de recessão, as áreas rurais tendem a sofrer menos que as demais áreas no que diz respeito ao aumento do desemprego, como pode ser visto na Tabela 1.

Assim, parece que existe uma relação inversa entre a taxa de crescimento do PIB e os indicadores de informalidade na economia brasileira, como a terceira função desenvolvida na primeira seção deste trabalho.

Conforme Krein (2013), o crescimento do emprego e, sobretudo, do emprego formal foi expressivo nos anos 2000, no entanto, ao contrário do que ocorreu nos anos 1990, esse aumento não foi derivado de políticas que tinham por objetivo flexibilizar o mercado de trabalho, mas derivado de uma nova orientação de política macroeconômica, embora utilizando do mesmo tripé herdado do governo anterior.

Ao contrário do que os neoliberais argumentavam, de que o salário mínimo teria que cair para estimular a queda do desemprego, concomitante com o crescimento do salário mínimo ocorreu a queda da taxa de desemprego e, sobretudo, reduziu a informalidade na economia brasileira pós-2004.

Segundo Saboia (2014), o crescimento do salário mínimo já vinha ocorrendo desde 1995, depois que o plano real foi implementado, mas somente a partir de 2004 que esse crescimento passa a ser significativo, quando a conjuntura política e econômica foi mais favorável.

Isso se deve às diversas lutas do movimento sindical, que depois de ter os salários defasados se mobilizaram em meados dos anos 2000 para demandar do governo uma política de valorização do salário mínimo.

O objetivo era criar uma política permanente de valorização que garantisse o poder de compra do salário mínimo e ao mesmo tempo recuperasse o poder de compra perdido nas décadas anteriores. Essas lutas sindicais resultaram em uma regra de reajuste do salário mínimo a partir de 2009, quando o reajuste do salário mínimo passou a ser corrigido pela inflação (INPC) e pela taxa de crescimento do PIB de dois anos anteriores.

A Tabela 3 mostra a evolução dos reajustes do salário mínimo ao longo do governo do PT e, como pode ser observado, o salário mínimo tem tido reajustes reais no período em foco, sempre acima da inflação calculada pelo Índice de Preços ao Consumidor (INPC). O aumento real acumulado, entre 2003 e 2016, ficou acima de 77%, o que mostra um ganho significativo do poder de compra do salário mínimo.

Tabela 3: Reajuste do Salário Mínimo no Brasil: 2003-2016.

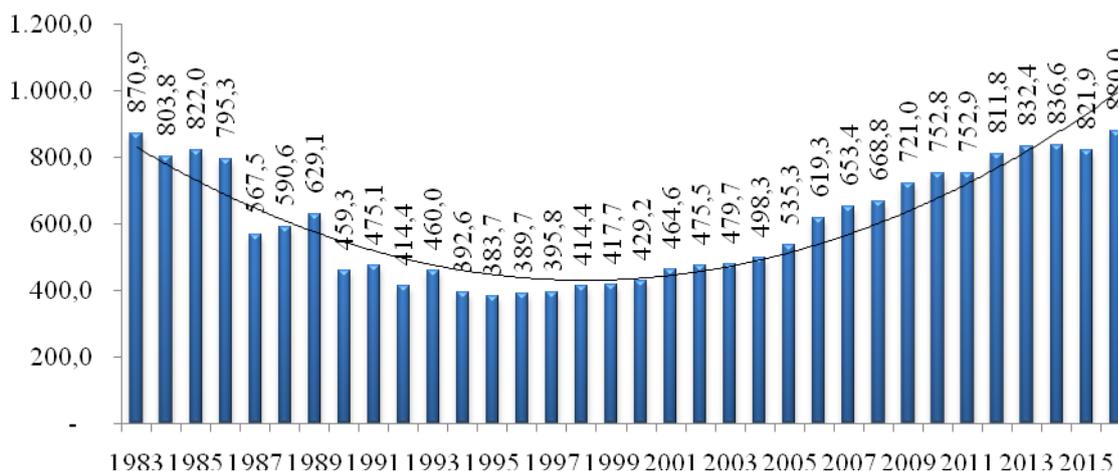
Período	Salário Mínimo (R\$)	Reajuste Nominal (%)	INPC (%)	Aumento real (%)
2003	240,00	20,00	18,54	1,23
2004	260,00	8,33	7,06	1,19
2005	300,00	15,38	6,61	8,23
2006	350,00	16,67	3,21	13,04
2007	380,00	8,57	3,30	5,10
2008	415,00	9,21	4,98	4,03
2009	465,00	12,05	5,92	5,79
2010	510,00	9,68	3,45	6,02
2011	545,00	6,86	6,47	0,37
2012	622,00	14,13	6,08	7,59
2013	678,00	9,00	6,20	2,64
2014	724,00	6,78	5,56	1,16
2015	788,00	8,84	6,23	2,46
2016	880,00	11,68	11,28	0,36
Total do Período	-	340,00	148,34	77,18

Fonte: DIEESE (2016).

Esse ganho real foi garantido a partir de 2015, pois essa regra foi renovada e o aumento de 2016 já corresponde a variação do PIB em 2014 que foi de 0,1% mais a variação da inflação (INPC) em 2015 que foi de 11,28% multiplicado pelo valor do salário mínimo em 2015 (R\$ 788,00). O valor resultante da aplicação da regra seria de R\$ 877,73, mas o governo fechou em R\$ 880,00. A Figura 12 apresenta a evolução do salário mínimo real entre 1983 e 2016.

Pela Figura 10 pode observar que somente em 2016 é que o poder de compra apresentado na década de 1980 foi recuperado. Também pode ser visto que desde 2004, o salário real segue uma trajetória sustentável de crescimento.

Figura 10: Evolução do Salário Mínimo Real: 1983-2016.



Fonte: DIEESE (2016).

O impacto do salário mínimo na economia é muito forte por dois fatores (Komatsu, 2013). Primeiro, estima-se que mais de 48 milhões de brasileiros tem seus salários referenciados no salário mínimo. Segundo, trata-se do piso e a base para o reajuste das demais remunerações na economia. Com isso, o salário pago no setor informal não conseguiu acompanhar o ritmo de crescimento do salário mínimo, de modo que as vantagens da informalidade no país foram diminuídas, levando muitos trabalhadores a formaliza-se (Saboia & Neto, 2016). Contudo, não ocorreu apenas a formalização dos empregos, mas também das empresas.

No entanto, diante de todos os esses avanços, a situação do mercado de trabalho ainda permanece bastante precária, uma vez que os indicadores analisados mostraram que a economia brasileira continua com uma alta taxa de informalidade, mais de 40% em 2014. Nas áreas rurais a situação ainda é mais precária, chegando a 80% de acordo com os indicadores de grau de informalidade fornecido pelo Ipeadata.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve por objetivo observar se a queda da taxa de desemprego verificado nos governos presididos por Lula e Dilma foi acompanhada de um aumento da economia informal. Para isso, perguntou-se se a redução da taxa de desemprego no Brasil ocorreu concomitante com o aumento do emprego informal? A hipótese de pesquisa foi de que, ao contrário, ocorreu uma redução da economia informal no Brasil. Porém, existem outros fatores que contribuíram para reduzir a informalidade no país.

Na primeiraseção foi realizada uma breve revisão teórica sobre a relação entre a taxa de desemprego e a taxa de crescimento do PIB, ou seja, a Lei de Okun. Ao mesmo tempo buscou-se adaptar essa lei para incorporar o setor formal e informal na tentativa de captar o efeito da taxa de crescimento sobre essas variáveis.

Na segunda seção foram expostos os indicadores de taxa de desemprego, taxa de crescimento, os indicadores de emprego formal e informal com o objetivo de captar o impacto da taxa de crescimento do PIB em relação a esses indicadores.

Depois de realizada essas etapas, observou-se um aumento do grau de confiança da hipótese de trabalho. Porém, têm-se outros fatores que contribuíram para reduzir a informalidade no país e que gerou melhorias no mercado de trabalho brasileiro, como a valorização do salário mínimo e o incentivo a formalização.

Constatou-se uma forte relação entre o crescimento do PIB e o aumento da formalização. A correlação do PIB com o emprego formal total observada foi de 71%, com construção civil foi de 70,8%, com o comércio de 78,7% e com a indústria foi de 67,8%. A formalização do emprego 42,7% em 2002 para 56% em 2014. A participação da economia subterrânea no PIB caiu de 21% em 2003 para 16,2% em 2013.

Porém, faz-se necessários estudos aprofundados sobre o mercado de trabalho, as leis que o regem e seus condicionantes, em algumas economias, especialmente a brasileira, a realidade contradiz a teoria, diferente do que pregam alguns teóricos o mercado de trabalho não pode ser explicado apenas pela lei de oferta e procura, em períodos onde se esperava baixo crescimento da economia e dos trabalhadores com carteira assinada, nota-se crescimento significativo, alguns condicionantes como educação inovações tecnológicas que podem aumentar a possibilidade de inserção no mercado de trabalho estavam em baixa, e ainda assim o nível de emprego cresceu, a taxa de mortalidade baixa também contribui para que a população possa envelhecer e contribuir

mais para o mercado de trabalho, e ao contrário do que diz a escola liberal, que a flexibilização de salários para aumentar o emprego formal é estritamente necessária, não ocorreu, exceto em períodos de crise como a de 2008.

O crescimento deve ser acompanhado por planos de governo que colaborem para o aumento do trabalho formal na economia brasileira, ainda existe grande percentual de desigualdade que necessita ser superada, diferença salarial entre regiões, nível de escolaridade, educação de qualidade ainda fazem com que o Brasil cresça a passos lentos, com desenvolvimento tardio.

As mudanças relacionadas a faixa etária da população brasileira, vem acompanhadas de desafios, faz-se necessário políticas públicas que englobem todas as faixas de idade, em relação a educação, emprego, revisão de leis de previdência e aposentadoria. Políticas de emprego garantem futuramente que a aposentadoria seja assegurada, e o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) continue com o seu caráter distributivo, população em idade ativa, através de seus impostos elevam o percentual de arrecadação destinado aos aposentados.

De fato, muito tem de ser melhorado. Entraves da política econômica precisam ser resolvidos, a carga tributária alta para as empresas dificultam a contratação de trabalhadores no regime formal, os juros são elevados desestimulando a produção nacional, a qualidade nos serviços públicos de educação, segurança, saúde também influenciam diretamente na decisão de contratação de pessoal pelas empresas atuantes no mercado brasileiro.

As diferenças regionais também influenciam na avaliação do mercado formal brasileiro, na região nordeste, registra-se o menor percentual de pessoas em idade economicamente ativa inserida no mercado de trabalho. Diante disso, faz-se necessários estudos para avaliar os motivos pelos quais a região tem menores índices de emprego formal, quais os fatores estão diretamente ligados a estas baixas taxas de emprego, seja educação, renda, população composta por sua maioria mulheres, aumento do trabalho informal, seja por falta de políticas de emprego ou por crescimento de uma onda empreendedora, onde cada um quer ser dono de seu negócio, fugindo de alta carga tributária, horários estabelecidos por empresas, dentre outros aspectos.

Os esforços feitos pelo governo para assegurar melhorias no mercado de trabalho, ainda não são suficientes para alocar toda mão de obra disponível, grande parte dos trabalhadores, mesmo com melhorias em nível de escolaridade e qualificação profissional, ainda encontram-se fora das empresas o que traz o desafio de diminuir a informalidade no país, não é possível afirmar a motivação real para escolha de entrada nesse tipo de mercado, da mesma forma, ainda não é possível contabilizar de forma precisa a quantidade de pessoas que entram neste setor por conta

própria, com visão de empreender ou aqueles que escolhem este setor para assegurar as suas necessidades básicas de sobrevivência. Assim, este estudo ao mesmo tempo em que contribui, deixa diversas brechas para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

AMITRANO, C. R.; SQUEFF, G. C. Informalidade, crescimento e produtividade do trabalho no Brasil: desempenho nos anos 2000 e cenários contrafactuais.

AVILA, R. I. “Efeito-China” no comércio externo brasileiro e gaúcho pós 2000. Indicadores Econômicos, FEE, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 83-92, 2012.

BALTAR et al. Moving towards decent work. Labour in the Lula government: reflections on recent Brazilian experience. In: **Global Labour University Working Papers**, v.9, 2010.

BARBOZA, R. de M. PIB e desemprego no Brasil. *Valor Econômico*, São Paulo, 16.1.2014.

BLANCHARD, O. **Macroeconomia**. 5ª Edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

CARDOSO Jr., J. C. (2007). De volta para o futuro? As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal. Texto para Discussão, nº 1310, IPEA, Brasília, nov.

DORNBUSCH, R; FISCHER, S. *Macroeconomia*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2002.

DIEESE (2016). Política de Valorização do Salário Mínimo: valor para 2016 é fixado em R\$ 880,00. Nota Técnica Número 153 - Dezembro de 2015 e atualizada em janeiro de 2016.

FEIJO, A.C. Desvendando a heterogeneidade do setor informal brasileiro: uma contribuição a discussão de políticas públicas de combate à informalidade (Revista de economia contemporânea, vol. 13, n. 2, pp 329-354, IE/UFRJ, Rio de Janeiro) 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Indicadores, **Pesquisa Mensal de Emprego** <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 01/05/2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEADATA). Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso: 01/05/2016.

KOGLIN, C. J.; STEINTHALER, C. S.; CASTRO NETO, J.C.P. O Desemprego Diante do Investimento em Tecnologia e do Desempenho da Renda Nacional na Primeira Década do Plano Real. RNTI. Revista Negócios e Tecnologia da Informação (Online) , v. 2, p. 51-70, 2007.

KOMATSU, B. K., Salário Mínimo, Desigualdade e Informalidade, dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

KREIN, J. D. As transformações no mundo do trabalho e as tendências das relações de trabalho na primeira década do século XXI no Brasil. Revista NECAT - Ano 2, nº 3, Jan-Jun de 2013.

KRUGMAN, P. Vendendo Prosperidade: sensatez e insensatez econômica na era do conformismo. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

LUSTIG, N.; LOPEZ-CALVA, L. F.; ORTIZ-JUAREZ, E. “Declining inequality in Latin America in the 2000s: the cases of Argentina, Brazil, and Mexico”, *World Development*, v. 44, p. 129-141, 2013.

MANKIWI, G. Macroeconomia. São Paulo: LTC, 1996.

MOOSA, I. A. A Cross-Country Comparison of Okun's Law. *Journal of Comparative Economics*, v. 24, p. 335-356, 1997.

OKUN, A. Potencial GDP: Its Measurement and Significance. *Proceedings of the Business and Economic Statistics Section*. Washington: American Statistical Association, p. 98-104, 1962.

PAES, N. Reflexos do simples nacional no emprego e na formalização do mercado de trabalho no Brasil. *Economía, Sociedad y Territorio*, vol. xv, núm. 49, 2015, 639-663 xv, núm. 49, 2015, 639-663.

PRACHOWNY, M. F. J. Okun's Law: Theoretical Foundations and Revised Estimations. *The Review of Economics and Statistics*, v. 75, n. 2, p. 331-336, May 1993.

Relação Anual de Informações (RAIS). Disponível em: <http://www.rais.gov.br/> acesso em: 01/05/2016.

SABOIA, J.; KUBRUSLY, L. S. Indicadores para o mercado de trabalho metropolitano no Brasil. Texto para Discussão n. 021/2014, Instituto de Economia - UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

SABOIA, J.; Neto, J. H. Salário Mínimo e Distribuição de Renda no Brasil a partir dos Anos 2000. Texto para Discussão n. 002/2016, Instituto de Economia - UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.

SABOIA, J. Baixo crescimento econômico e melhora do mercado de trabalho – Como entender a aparente contradição? *Revista Estudos Avançados* 28 (81), 2014.

SCHALK, H. J. & UNTIEDT, G. Regional investment incentives in Germany: Impacts on factor demand and growth, *The Annals of Regional Science* 34, 173-195, 2000.

SILVA, J. A. O Crescimento e a Desaceleração da Economia Brasileira (2003-2014) na Perspectiva dos Regimes de Demanda Neokaleckianos. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, 44 / junho 2016 – setembro 2016.

SIMÃO, A. Sistema de vigilância e fiscalização do trabalho no Brasil: efeitos sobre a expansão do emprego formal no período 1999-2007. *Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise*, Rio de Janeiro, IPEA, n.39, maio 2009.